





Produção: TET Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/07/2015 - Instituto Telecom

#### Nossa Opinião – A hora do cidadão

Em 2014, as telecomunicações obtiveram a maior receita operacional bruta da história do setor no Brasil: R\$ 234,1 bilhões, ou 4,2% do PIB (Produto Interno Bruto). Os dados estão no relatório da Telebrasil (entidade das empresas de telecomunicações), divulgado em junho passado.

Intitulado "O desempenho do setor de telecomunicações no Brasil" o relatório mostra que, comparado com o ano de 2004, quando a receita foi de R\$ 114,8 bilhões, o setor mais do que dobrou a sua receita em 10 anos.

E os números falam ainda mais alto quando se verifica que em 2014 a maior parte da receita – R\$ 199,7 bilhões – veio da telefonia fixa, banda larga fixa, do celular, da TV por assinatura. Detalhe: só com a telefonia fixa e banda larga fixa foram R\$ 69 bilhões.

#### Qual o motivo de destacar esses números?

Por uma razão muito simples. As concessionárias têm afirmado que a receita com telefonia fixa vem declinando ano a ano e que, mesmo assim, a Anatel quer impor novas obrigações nos contratos de concessão, principalmente, infraestrutura de banda larga. Isso, na avaliação das operadoras, inviabilizaria os contratos.

Ocorre que as mesmas concessionárias, conforme os números citados no relatório apresentado por elas, estão numa situação econômica extremamente confortável. Qual outro setor, em uma década, mais do que dobrou a sua receita?

A questão, portanto, não é discutir a telefonia fixa isoladamente dos outros serviços. É, sim, constatar que as operadoras já ganharam muito desde a privatização. Para se ter uma ideia, de 1998 a 2005 toda a produtividade do setor ficou única e exclusivamente com as operadoras que utilizaram, contrariando a Lei Geral de Telecomunicações, subsídio cruzado com o valor altíssimo da assinatura básica da telefonia fixa para implantarem redes, segundo elas, privadas de banda larga.

Hoje consolidadas, as operadoras continuam ganhando muito. E o que isso tem resultado? Em demissão e terceirização da mão de obra e tarifas altíssimas. Aliás, a sociedade só passou a ter algum ganho com a produtividade do setor a partir de 2005.

Está mais do que na hora de termos um novo modelo de telecomunicações, no qual o principal beneficiado seja o cidadão. Temos que garantir que os novos contratos contenham, conforme proposto pela Anatel, a obrigação de levar backhaul (leia-se banda larga) em fibra ótica para todas as localidades que não possuem essa infraestrutura estratégica.

Está mais do que na hora de termos a banda larga em regime público, pois se em 1998 a universalização da voz era a meta a ser alcançada (e, para o Instituto Telecom, isto ainda não aconteceu), agora em 2015 a banda larga é que deve ter metas claras de universalização e reversibilidade ao Estado.







Produção: TST Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/07/2015 - Telesíntese

# Senado adia votação e aumento do imposto sobre folha de salário pode ficar para 2016

No debate sobre o projeto, o presidente do Senado e outros senadores do PMDB têm defendido a manutenção da economia do governo de R\$ 10 bilhões por ano, mas dar tratamento igual para todos os setores. No projeto aprovado na Câmara, cinco setores receberam tratamento diferenciado (comunicação social, transportes, call center, itens da cesta básica e calçados). Se o projeto voltar mesmo para a Câmara, o aumento da arrecadação do governo só poderá ocorrer em 2016, mais uma derrota da presidenta Dilma Rousseff.

Após ter se encontrado com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), sinalizou na tarde desta segunda-feira (13) que a votação do projeto de lei que trata das desonerações ficará para depois. Dizendo-se "muito preocupado" com o fato de o desemprego ter aumentado, Renan disse que é mais recomendável deixar a apreciação da proposta para depois do recesso parlamentar, que começa a partir do sábado, dia 18 de julho.

"Nós estamos muito preocupados com o desemprego ter aumentado, custo de produção também, a indústria tem perdido competitividade, talvez seja mais prudente deixar a votação deste projeto para o próximo semestre", disse Renan, na chegada ao Senado.

No debate sobre o projeto, o presidente do Senado e outros senadores do PMDB têm defendido a manutenção da economia do governo de R\$ 10 bilhões por ano, mas dar tratamento igual para todos os setores. No projeto aprovado na Câmara, cinco setores receberam tratamento diferenciado (comunicação social, transportes, call center, itens da cesta básica e calçados).

O mecanismo, criado em 2011, prevê a troca da contribuição patronal para a Previdência, de 20% sobre a folha de pagamentos, por alíquotas incidentes na receita bruta. O texto aumenta as duas alíquotas atuais de 1% e 2% para, respectivamente, 2,5% e 4,5%.

Na Câmara, dos 56 setores atingidos com esta

elevação, cinco segmentos escaparam, com alíquotas menores:o substitutivo aprovado aumenta a taxa de 2% para 3% no caso dos setores de call center e de transportes rodoviários, ferroviários e metroviários de passageiros.

Na outra faixa de alíquota, de 1%, haverá um aumento menor, para 1,5%, nas empresas jornalísticas, de rádio e TV; no setor de transporte de cargas,

Segundo o governo, o reajuste é necessário para reequilibrar as contas devido à grande renúncia, que atingiu R\$ 21,5 bilhões em 2014, valor 62,8% superior aos R\$ 13,2 bilhões não arrecadados em 2013.

O governo, que desde a semana passada já admitia o adiamento da votação da proposta diante da resistência do PMDB, pretendia manter o texto que veio da Câmara. Como a medida entra em vigor 90 dias após a sanção, ela começaria a valer somente em 2016 – ou seja, o Executivo não colheria os benefícios da medida neste ano, o que é considerado crucial para o ajuste fiscal.

O presidente do Senado disse ter conversado com Levy sobre a "conjuntura nacional" e propostas que estão na ordem do dia das discussões, como o projeto da desoneração e o pacote de reforma do ICMS. Sobre esse último tema, Renan limitou-se a dizer que o governo deve editar uma medida provisória em breve. O Palácio do Planalto vai propor a criação de fundos para compensar as perdas com a redução das alíquotas do imposto. Segundo ele, Levy não tratou da eventual mudança da meta fiscal deste ano. (com agências de notícias).







Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/07/2015 - Sinttel-ES

# 10 coisas sobre o Mais Médicos que a mídia convencional não conta para você

O programa cobre 3.785 municípios, sendo que 400 deles nunca haviam tido médicos. Os 34 distritos indígenas contam hoje com 300 médicos; antes não tinham nenhum.

Há dois anos, no dia 8 de julho de 2013, o Brasil foi tomado por uma onda de ira corporativista contra um projeto que visava ampliar a oferta de médicos especializados em saúde da família no País. Naquele dia, o governo baixou a Medida Provisória (MP) criando o programa Mais Médicos, que previa a importação de médicos de diversos países, inclusive cubanos. O Conselho Federal de Medicina (CFM) e a oposição ao governo tentaram, de todas as formas, impedir que os estrangeiros viessem suprir a carência de profissionais em áreas rejeitadas pelos médicos brasileiros.

Médicos cubanos chegaram a ser vaiados e insultados por colegas em sua chegada no aeroporto de Fortaleza (CE), em uma atitude que surpreendeu os dirigentes da OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde), parceira do governo federal no programa. "Nunca pensei que fosse chegar a este extremo de preconceito e até racismo, que fossem dizer que as médicas cubanas pareciam empregadas domésticas, que os médicos negros deveriam voltar para a África ou que eram guerrilheiros disfarçados", lamenta o representante da OPAS/OMS no Brasil, Joaquín Molina.

Neste meio tempo, sempre que a mídia brasileira noticiou o programa foi para contar quantos cubanos fugiram para Miami ou os erros que porventura cometeram, ainda que nunca tenha se concretizado nenhuma condenação. Molina se queixa que, cada vez que era procurado pelos jornais para defender o programa, ganhava um parágrafo na reportagem, contra dez do presidente do CFM atacando a ideia. "Pessoalmente, acho que a mídia brasileira privilegia a notícia ruim. Nunca vi uma manchete positiva neste país", critica.

Reuni neste post 10 pontos que a imprensa não destacou para que as pessoas possam conhecer melhor o programa Mais Médicos. Confira:

- 1. O número de médicos na atenção básica à população na rede pública do País foi ampliado em 36%: tinha cerca de 40 mil antes do programa e ganhou 14.462 profissionais, entre eles 11.429 cubanos e 1.187 com diplomas de outros países. A lei priorizou os brasileiros, mas apenas 1.846 se inscreveram na primeira convocatória. Este ano, a situação se inverteu e 95% das 4.146 vagas foram ocupadas por médicos brasileiros.
- 2. Além de serem reconhecidos como excelentes médicos de saúde da família, a principal vantagem dos médicos vindos de Cuba, segundo a OPAS, é que vieram todos de uma vez, em um pacote. Outra vantagem é que qualquer abandono que não seja por razões de saúde é coberto pelo governo cubano, que envia outro profissional sem nenhum custo adicional para o governo brasileiro. A OMS situa o sistema de saúde cubano entre os 39 melhores do mundo; o sistema de saúde brasileiro aparece na 125ª posição. Ao contrário dos brasileiros e profissionais de outros países, os cubanos também não escolhem para onde querem ir, é o ministério e a OPAS que decidem para onde serão designados.
- 3. Os médicos cubanos ganham R\$ 3 mil por mês; os outros R\$ 7 mil do salário previsto no acordo vão para o governo de Cuba. Ainda assim, o pagamento que recebem no Brasil é 20 vezes superior ao que receberiam em sua ilha natal. Além disso, os municípios arcam com todas as despesas: transporte, moradia e alimentação. Ou seja, o cubano praticamente não gasta o dinheiro que recebe.







Produção: TST Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

- 4. Uma avaliação independente feita em 1.837 municípios revelou um aumento de 33% na média mensal de consultas e 32% de aumento em visitas domiciliares; 89% dos pacientes reportaram uma redução no tempo de espera para as consultas. Uma pesquisa feita em 2014 pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), baseada em 4 mil entrevistas em 699 municípios, revelou que 95% dos usuários estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o desempenho dos médicos. 86% dos entrevistados afirmaram que a qualidade da atenção melhorou após a chegada dos profissionais do Mais Médicos e 60% destacaram a presença constante do médico e o cumprimento da carga horária. Queridos por seus pacientes, vários médicos cubanos têm sido homenageados pelas câmaras municipais por seu trabalho no Brasil.
- 5. O programa cobre 3.785 municípios, sendo que 400 deles nunca haviam tido médicos. Os 34 distritos indígenas contam hoje com 300 médicos; antes não tinham nenhum. Entre os yanomami, por exemplo, houve um aumento de 490 atendimentos em 2013 para 7 mil em 2014, com 15 médicos cubanos dedicados à etnia com exclusividade. 99% dos médicos que atendem os índios no programa são cubanos.
- 6. Um dos trabalhos mais interessantes desenvolvidos pelos médicos cubanos nas aldeias indígenas é o resgate da Medicina Tradicional, com o uso de plantas. Na aldeia Kumenê, no Oiapoque (AP), o médico Javier Lopez Salazar, pós-graduado em Medicina Tradicional, atua para recuperar a sabedoria local na utilização de plantas e ervas medicinais, perdida por causa da influência evangélica. O médico estimulou os indígenas a buscar as canoas

- defeituosas e abandonadas nas beiras dos rios para transformá-las em canteiros de uma horta comunitária só com ervas medicinais, identificadas com placas e instruções para uso.
- 7. Ao contrário do que os jornais veiculam, os médicos e médicas cubanos não são proibidos de se casar com brasileiros. Existe uma cláusula que os obriga a comunicar os casamentos para evitar bigamia em seu país natal, segundo a OPAS. Os casos de romances entre médicos/as e brasileiros/as são numerosos. Houve até uma prefeita em Chorrochó, na Bahia, que se casou com um médico cubano.
- 8. Desde que o programa Mais Médicos começou, 9 médicos cubanos morreram: cinco por enfarto, 3 por câncer e 1 por suicídio (em 2014, um médico de 52 anos, ainda em treinamento, foi encontrado morto em um hotel de Brasília, possivelmente por enforcamento). Até agora, somente oito abandonaram o programa e deixaram o país rumo aos EUA.
- 9. O programa Mais Médicos virou modelo no continente e países como a Bolívia, o Paraguai, o Suriname e o Chile, que também sofrem com falta de profissionais, já planejam fazer projetos semelhantes.
- 10. Além do atendimento de saúde, o Mais Médicos inclui a ampliação da oferta na graduação e na residência médica e a reorientação da formação e integração da carreira. A meta é criar, até 2018, 11,5 mil novas vagas de graduação em medicina e 12,4 mil de residência médica, em áreas prioritárias para o SUS. Os municípios onde serão instalados os novos cursos de medicina foram escolhidos de acordo com a necessidade social, ou seja, lugares com carência de médicos.







Produção: TST Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/07/2015 - Blog do Miro

#### A máfia dos bancos e o silêncio da mídia

Com o intento de "sangrar" o governo Dilma, a mídia privada promove diariamente a escandalização da política – com base nas prisões arbitrárias, nos vazamentos seletivos e nas "delações premiadas" de notórios bandidos. Este denuncismo, porém, desaparece do noticiário quando envolve algum cacique da oposição demotucana. Já virou até motivo de piada de que basta se filiar ao PSDB para não ser investigado, julgado ou preso no Brasil. A escandalização também inexiste quando atinge poderosos empresários. Na semana passada, pequenas notinhas informaram que vários bancos são suspeitos da formação de um criminoso "cartel do câmbio". A bombástica notícia, entretanto, já sumiu da mídia.

Segundo relato da Folha, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) abriu um processo para investigar o "suposto" cartel formado por 15 instituições financeiras estrangeiras com o objetivo de manipular o mercado de câmbio. "É o primeiro processo antitruste no Brasil por manipulação de índices do mercado financeiro. Parte dos bancos já foi investigada pela mesma prática no Reino Unido, na Suíça e nos Estados Unidos, em processos que vieram a público a partir de 2013 e que somaram mais de US\$ 5,8 bilhões em acordos e multas".

Ainda de acordo com o jornal, a investigação do Cade é mantida sob total sigilo - não há vazamentos seletivos ou prisões arbitrárias. Sabe-se, apenas, os nomes das instituições financeiras envolvidas no suposto cartel no Brasil: Banco Standard de Investimentos, Banco Tokyo-Mitsubishi UFJ, Barclays, Citigroup, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, JPMorgan Chase, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Nomura, Royal Bank of Canada, Royal Bank of Scotland, Standard Chartered e UBS, além de 30 pessoas físicas. "Procurados pela Folha, os bancos disseram que não vão comentar o assunto".

A máfia dos banqueiros

As investigações do Cade comprovaram até agora a existência de "fortes indícios" de que os bancos adotaram práticas anticompetitivas, como a combinação de preço e de volume de moeda vendida a clientes e comprada deles. "Os operadores trocavam informações por meio de chats da plataforma da agência de notícias Bloomberg. O grupo se autodenominava com expressões como o 'cartel' e a 'máfia'. As indicações prelimina-

res são de que as condutas ocorreram, pelo menos, de 2007 a 2013 -mesmo período em que os bancos são investigados no exterior".

Para o superintendente-geral do Cade, Eduardo Frade, os bancos investigados tentaram influenciar a Ptax – taxa calculada diariamente pelo Banco Central com base na média das operações de câmbio – e também as taxas de referência do Banco Central Europeu e da Reuters. Essas taxas são utilizadas para liquidar contratos em outros negócios, como financiamento de comércio exterior e proteção contra oscilação de moedas estrangeiras (hedge). "As supostas condutas teriam comprometido a concorrência, prejudicando as condições e os preços pagos pelos clientes", afirma o Cade.

Os acusados terão um prazo de 30 dias para apresentar sua defesa. "Concluída a investigação, caberá à Superintendência-Geral do Cade recomendar a condenação ou o arquivamento do caso, que terá de ser julgado pelo tribunal do conselho. Não há um prazo para o julgamento, e Frade disse que não deve sair uma decisão ainda neste ano. Em caso de condenação, as multas previstas variam de 0,1% a 20% do faturamento do banco no ramo de atividade em que ocorreu a infração. Os administradores pessoas físicas podem ser multados de 1% a 20% do valor das empresas pelas quais operavam".

A grave denúncia, que envolve bilhões de dólares, até agora não virou manchete nos jornalões, nem resultou em reportagens especiais nas revistonas ou em comentários histéricos contra a corrupção nas emissoras de rádio e tevê. Na prática, a mídia privada de há muito tempo está totalmente associada ao capital financeiro – é quase sua refém. Daí o silêncio ensurdecedor. A tendência é de que as apurações do Cade sumam totalmente da mídia. Esta operação-abafa não causaria qualquer surpresa.

Isto já ocorreu com a Operação Zelotes, que investiga as fraudes fiscais de vários ricaços – como os donos da Gerdau e da RBS, afliada da Globo. O mesmo fim teve a denúncia sobre a sonegação de impostos forjada pelo HSBC da Suíça – que também envolve figurinhas carimbadas da mídia. Na prática, a escandalização da corrupção sempre serviu a interesses econômicos e políticos. Só mesmo os ingênuos e os otários acreditam nos princípios éticos e na imparcialidade dos barões da mídia.





Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/07/2015 - CUT

# Movimentos repudiam redução da maioridade penal

Nos 25 anos do ECA: dia de Mobilizações contra o retrocesso

"As conquistas democráticas, a partir da Constituição de 1988, estão sendo colocadas em xeque por forças conservadoras como não se havia visto nos últimos anos. O debate hoje é político". Esta é a avaliação do representante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Marcos Souza, um dos muitos militantes presentes nesta terça (13) em frente à Catedral da Sé, no centro de São Paulo.

"Quando se vê a esquerda se manifestando no Brasil todo, você se pergunta: por que a direita não está se manifestando pra dizer não à redução? É uma luta política e ideológica", observa Souza, na data em que se comemora os 25 anos do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), paradigma conquistado a partir da luta por direitos humanos no Brasil.

Os atos contra a redução da maioridade penal, organizados pela Frente Nacional Contra a Redução, que marcaram os 25 anos do ECA aconteceram em todos os Estados brasileiros.

Em São Paulo, discursos e apresentações culturais marcaram o dia que se iniciou no Anhangabaú e teve o desfecho com uma marcha dos movimentos sociais. Para o secretário de Juventude da CUT Nacional, Alfredo Santos, faltou a aplicação do ECA. Para ele, se o estatuto tivesse sido aplicado ao longo dos 25 anos, hoje não haveria demandas nem mesmo da extrema direita para discutir o tema. "Com crianças na escola, com direito à educação e à saúde e com todos os demais direitos sendo verdadeiramente implementados, teríamos uma criminalidade muito mais baixa não só entre jovens, inclusive entre os adultos", afirma.

Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), Jacqueline Sinhoreto avalia como retrocesso a possibilidade de a PEC 171, de 1993, que reduz a idade penal de 18 para 16 anos, ser votada em segundo turno nesta semana. "É uma afronta à democracia e inclusive à democracia parlamentar porque foi feita

uma manobra para votar de novo a mesma matéria, no mesmo ano legislativo, o que contraria o próprio regimento interno", diz ao se referir às articulações feitas pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), nos últimos dias.

Periferia será a mais atingida

O vice-presidente da CUT São Paulo, Douglas Izzo, reforça o discurso ao afirmar que a diminuição da idade penal não resolverá o problema da violência. "A argumentação de quem defende está na criminalidade, na segurança, o que é um argumento frágil. O problema da violência se dará com distribuição de renda, com educação pública de qualidade, com oportunidade iguais para jovens da elite e da periferia. É preciso construir políticas sociais que deem condições dignas aos jovens, com perspectiva de futuro".

O jovem Everton da Cruz, da Coordenação Nacional de Entidades Negras, acredita que as mazelas do Brasil estão carimbadas na história do povo brasileiro. Recém-chegado da Bolívia, do encontro com o papa Francisco e movimentos sociais latino-americanos, ele mostra a indignação com as manobras feitas no Congresso. Para ele, a periferia é quem arcará com as consequências. "Filho de burguês não costuma sofrer intervenção militar nas ruas, nem ser preso. A periferia não se engana com o que está acontecendo e a juventude pobre e negra será a mais afetada".

Izzo também observa esta realidade na região onde mora, na zona leste de São Paulo, bem como nas escolas onde sempre deu aula. O dirigente acredita que o caminho se dará com a implementação efetiva dos direitos garantidos.

"Os 25 anos do ECA representam uma conquista importante dos movimentos sociais. As medidas punitivas já existem, mas o Estado não está preparado para aplicar a punição. É isso que estamos cobrando: a efetivação do estatuto", explica.







Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Representante da Frente Nacional Contra a Redução da Maioridade Penal, Leonardo Duarte acredita, assim como Izzo, que a diminuição dos índices de violência está relacionada ao fortalecimento do sistema socioeducativo. "O ECA não funciona porque não tem força política dos nossos governantes para aplicar de fato o que se determina como a obrigação do Estado, da família, da comunidade, de garantir os direitos básicos das crianças e dos adolescentes, como saúde, educação, moradia, lazer, cultura e esporte", diz.

#### Obstáculos adiante

Para o advogado Ariel de Castro Alves, que já foi do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), o Congresso Nacional deveria se preocupar com as crianças e os adolescentes que estão morrendo nas periferias, ao contrário do que vem fazendo. "A redução da maioridade penal não fica só no debate de colocar na cadeia, mas gera uma reinterpretação do ECA podendo fragilizar

vários direitos. O direito, por exemplo, à proteção do adolescente trabalhador", alerta.

Jacqueline traz ainda um novo elemento. "O Supremo Tribunal Federal disse que não vai se pronunciar. Então a redução pode ser votada e se não passar pode sofrer outra manobra", afirma.Outra questão, salienta a professora, é que se a medida for aprovada, ela será sentida daqui alguns anos somente. "Os adolescentes que cometerem algum crime serão julgados no Tribunal do Júri, o que leva muitos anos. O que pode acontecer é que esses adolescentes fiquem presos provisoriamente em estabelecimentos penitenciários junto com outros adultos até terem a condenação. Isso costuma demorar de três a oito anos para crimes de homicídio, por exemplo".

Para Ariel, a conjuntura aponta que não se pode aceitar uma sociedade que enfraquece os direitos sociais e amplia a legislação penal para fazer o controle social das classes excluídas. "No fundo, é isso que está por trás da redução da maioridade penal", conclui.

13/07/2015 - Rede Brasil Atual

# Por terceirização ilegal, Aeromexico é condenada a pagar R\$ 200 mil de indenização

#### Companhia aérea utilizava a mão de obra terceirizada para atividades-fim

A companhia aérea Aeromexico foi condenada a pagar uma indenização por danos morais no valor de R\$ 200 mil por prejudicar trabalhadores com a prática de terceirização ilegal. Sentenciada no dia 2 pela juíza Carolina Teixeira Corsini, a ação foi originada de uma investigação feita pelo Ministério Público Trabalho (MPT) em Guarulhos (região metropolitana de São Paulo) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que conclui que a empresa terceirizava atividades-fim. A indenização, no valor de R\$ 200 mil, será revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Os dois órgãos constataram que a Aeromexico mantinha 37 empregados terceirizados e somente três contratados diretamente. Entretanto, nenhum desses três exercia as funções principais, embora

todos ganhassem salários e benefícios maiores do que os terceirizados.

Os terceirizados, além de praticarem atividade-fim, como embarque e desembarque de passageiros e venda de passagens aéreas, check in e check
out, também eram orientados pela companhia aérea
quanto à execução dos serviços, sendo que o correto, conforme a legislação brasileira, é que tivessem
autonomia para realizar seu serviço. Também eram
proibidos por contrato de prestar serviço a outras
empresas que não a Aeromexico.

A sentença da juíza, da 12ª Vara Regional de Guarulhos, proíbe a Aeromexico de terceirizar atividades-fim em qualquer de suas unidades, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil por trabalhador.





Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/07/2015 - Carta Capital

#### HSBC, o paraíso da fraude

O Swissleaks, escândalo de fraude fiscal e lavagem de dinheiro no banco inglês HSBC, foi revelado este ano por dois jornalistas do Le Monde, Gérard Davet e Fabrice Lhomme, a partir das informações fornecidas por um ex-empregado do banco, Hervé Falciani, às autoridades do Fisco francês, em 2009. O trabalho de apuração dos dados a que tiveram acesso era tão monumental e envolvia tantos países que eles resolveram compartilhar as informações com o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (lcij), com sede em Washington.

As primeiras reportagens foram publicadas em duas edições do Le Monde, em fevereiro de 2015, e revelaram que havia 180 bilhões de euros de origem suspeita em contas suíças. Mas o escândalo está longe de ter acabado. Há muita coisa a ser desvendada e os dois jornalistas continuam a investigar, pois acreditam que houve pressões para proteger pessoas poderosas.

Entre as 106 mil contas de pessoas físicas e jurídicas de diversos países havia 8.667 de brasileiros, que teriam sonegado ao Fisco cerca de 20 bilhões de euros. Essa quantia pode ter origem na fraude fiscal ou na lavagem de dinheiro da corrupção e das drogas. O Brasil é o nono colocado em volume de depósitos e o quarto em quantidade de contas correntes secretas. Como a maioria dos países, o Brasil tem todo interesse em repatriar os bilhões sonegados aos cofres públicos para financiar a educação e a saúde, entre outras coisas.

É preciso, contudo, que a Justiça seja independente e possa agir.

"Tenho minhas dúvidas, sou cético em relação a alguns países. Simplesmente, porque neles, de maneira geral, a Justiça não é verdadeiramente independente. Então há risco. As reportagens e as matérias dos jornais são importantes, pois sabemos que todos os poderes são sensíveis à pressão midiática. Na Suíça, começaram a investigar o SwissLeaks apenas quando os jornais noticiaram. Eles iniciaram uma

pequena investigação, simbólica", afirma Lhomme.

Na França, 8.936 pessoas tentaram fraudar o Fisco com a ajuda do HSBC. Como o país foi o primeiro a receber as informações de Hervé Falciani, a investigação está mais avançada e já foram repatriados 400 milhões de euros das contas de cidadãos franceses.

Apenas quatro meses depois da revelação do escândalo, Fabrice Lhomme e Gérard Davet lançaram em Paris o livro La Clef – Révélations sur la fraude fiscale du siècle. O título refere-se ao pen drive (clef USB, em francês) que eles receberam com exclusividade, com todas as informações do escândalo, inclusive documentos secretos. Os dois jornalistas, que formam uma dupla constante desde 2003, são temidos por quem tem falcatruas a esconder, sejam políticos, sejam homens de negócios.

"O HSBC de Genebra era o paraíso dos narcotraficantes e o banco reconheceu isso sob a pressão midiática, pois foram colocados diante deles nomes de narcotraficantes que tinham contas lá", conta Lhomme.

O ditado que assegura que " a Suíça lava mais branco" está com os dias contados, graças ao escândalo SwissLeaks, que levou o país a mudar a legislação. A partir de 2018, os bancos suíços vão passar a se interessar pela origem do dinheiro depositado. Até lá, as contas ainda guardarão dinheiro sujo procedente do mundo inteiro.

CartaCapital: La Clef tem tudo de um romance policial. O trabalho da Justiça está progredindo na maioria dos países?

Gérard Davet: Pelo que sabemos, há quem esteja avançando, menos a Suíça. Curioso. Ela decidiu suspender a investigação e Fabrice e eu temos a impressão de que existe uma opacidade, uma vontade de não investigar os bancos. Sabemos que as investigações avançam na Inglaterra, na Bélgica, na Espanha, nos Estados Unidos.





Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

CC: Vocês sabem se no Brasil a Justiça está fazendo um bom trabalho?

GD: Na França, onde começaram os trabalhos, a Justiça age de forma coletiva, muito próxima dos belgas e dos espanhóis. Não sei se há uma equipe franco-brasileira. Temos um oceano entre nós.

Fabrice Lhomme: Não tenho detalhes sobre o Brasil, porque decidimos compartilhar as informações com o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (Icij). Lembro que o Brasil tinha quase o mesmo número de contas que a França e que havia suspeitas de lavagem de dinheiro da corrupção. As investigações são longas e complicadas. Há situações em que a origem do dinheiro pode ser identificada em poucos meses, mas tudo fica mais difícil quando os titulares se escondem por trás de sociedades offshore, com nomes de proprietários fictícios.

CC: Os países que estão fazendo o trabalho de investigação sério contra os sonegadores do Swiss-Leaks vão recuperar o dinheiro subtraído ao Fisco?

GD: Boa pergunta. Isso talvez explique os problemas do HSBC. Eles anunciaram há uma semana que vão despedir 50 mil empregados no mundo todo. Se eles despedem tanta gente é porque sabem que há multas milionárias que terão de pagar. Nos EUA, há três anos, o banco já foi condenado a pagar 1,2 bilhão de euros em outro escândalo ligado às drogas. A Justiça americana agora vai novamente cobrar outra importância enorme nesse novo escândalo. Na França, eles terão de pagar de multa 1 bilhão de euros, e na Bélgica mais ou menos o mesmo.

CC: No Brasil, há quem tenha a impressão de que tudo é feito para que a Comissão Parlamentar do Senado não consiga apurar tudo. A maior parte dos países tem instituições jurídicas suficientemente sólidas para investigar até o fim?

FL: Depende. A Grã-Bretanha, por exemplo, estava em situação delicada, porque o banco é inglês. Nós contamos no livro que a revelação do escândalo foi oferecida aos ingleses, que deixaram escapar o

affair. Mas, depois que foi revelado, a classe política britânica mobilizou-se totalmente e o banco não vai poder escapar às suas responsabilidades.

CC: Mas na Arábia Saudita, no Brasil e em outros países...

FL: Tenho minhas dúvidas, sou cético em relação a alguns países. Simplesmente, porque neles, de maneira geral, a Justiça não é verdadeiramente independente.

CC: No fim do livro, vocês fazem um balanço do trabalho de vocês, totalmente independente de pressões do jornal. Vocês escrevem: "Com o SwissLeaks, Xavier Niel, um dos três donos do jornal, perdeu um contrato de vários milhões de dólares no Marrocos. Ele nunca falou disso publicamente e jamais nos criticou por isso". Em que outro jornal do mundo se pode trabalhar com tanta autonomia e liberdade?

FL: Espero que existam outros. Na França, trabalhei em vários jornais e revistas e sempre tive grande liberdade em relação aos donos.

GD: No Figaro, nós não poderíamos trabalhar assim.

FL: Exatamente. Mas há outros jornais na França, além do Le Monde, onde essa liberdade existe. No Le Monde há uma tradição de independência, a redação se mobiliza quando se sente um pouco ameaçada. Às vezes, ela reage até com exagero.

CC: Pierre Bergé, também um dos três acionistas majoritários, criticou-os por terem dado nomes de pessoas que tinham conta no HSBC. Vocês escrevem no livro: "A redação do Le Monde, que é muito ciosa de sua independência, reagiu à crítica de Pierre Bergé". Teria sido possível dar o nome de um acionista proprietário do Le Monde, se ele tivesse uma conta no HSBC?

FL: Sem nenhuma hesitação.

Leia mais em:

http://www.cartacapital.com.br/revista/856/o-paraiso-da-fraude-3757.html